# ¥ 5

# CÂMARA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

### LEI Nº LEI Nº 1859/2011.

Dispõe sobre a criação do Projeto "Cidade Limpa", com relação às Lixeiras.

### AUTOR:- JOSÉ ROBERTO GRAVA.

Art. 1º - Fica instituído no Município de Sarandi o Projeto "Cidade Limpa", que tem como objetivo precípuo de manter limpa a cidade, sendo que o Município poderá estabelecer parceria com entidades sociais, empresas privadas ou pessoas físicas interessadas em financiar a instalação e manutenção de lixeiras públicas no Município, com direito a publicidade.

Parágrafo único - As lixeiras poderão ser instaladas de fronte ao estabelecimento do interessado ou em qualquer outro lugar de sua escolha.

Art. 2º - São objetivos do projeto "Cidade Limpa":

- I A preservação da limpeza;
- II A garantia do bom estado de conservação das áreas de lazer e logradouros públicos em geral;
  - III Aumento do número de lixeiras na cidade;
  - IV Estimular a reciclagem e melhoria da limpeza pública municipal;
- V A redução das despesas do Município com a instalação e manutenção das lixeiras públicas;
  - VI Estimular a parceria público-privado.
- VII Conscientizar a população sobre a importância de ter uma cidade limpa em termos de higiene, saúde e visualmente.
- Art. 3º As lixeiras a ser instaladas e mantidas por pessoas físicas, entidades sociais ou empresas privadas do Município seguirão



## CÂMARA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

padronização nas cores e formatos rechieamente especificados pela Administração Municipal, contendo a inscrição do "*Projeto Cidade Limpa*".

Parágrafo único - Deverá ser respeitada da distância mínima de 150m (cento e cinquenta metros) entre uma lixeira e outra.

Art. 4º - O órgão competente do Executivo Municipal receberá o requerimento da pessoa, entidade ou empresa interessada, instruído com os seguintes documentos:

 I - Contrato Social, Estatuto devidamente registrado, ou carteira de identidade, CPF, comprovante de endereço de pessoa física;

II - Proposta, contendo a intenção da parceria;

Parágrafo único - Toda alteração na estrutura física, modelo/padrão, da lixeira a ser usada deverá ser previamente autorizada pelo órgão competente do Executivo Municipal.

Art. 5º - Poderá ser afixada, em local visível em consonância com projeto apresentado pelo Executivo, placa indicativa mencionando o nome, logomarca da instituição ou empresa privada parceira.

Parágrafo único. Fica proibida a afixação de placa indicativa mencionando o nome do adotante, no caso de parceria com pessoa física.

Art. 6º - Será obrigatoriamente celebrado entre o Executivo Municipal e parceiro privado, termo de compromisso, onde serão estabelecidos os critérios e condições da parceria.

§ 1º - As partes poderão rescindir o termo de compromisso a qualquer tempo, com comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Será anexado ao termo de compromisso laudo contendo a descrição modelo/padrão e as condições de uso da lixeira.



### CÂMARA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI Nº LEI Nº 1859/2011.

Art. 7º - O recolhimento dos lixos depositados nas respectivas lixeiras, serão recolhidos pelo órgão competente do poder público municipal e ou recicladores devidamente autorizados.

Art. 8º - A Guarda Municipal ficará responsável pela fiscalização e aplicação de multa relativa ao lixo jogado de dentro de veículos automotores, nas vias públicas do Município.

Parágrafo único. A receita proveniente dos valores arrecadados com a aplicação das multas mencionada no caput deste artigo será utilizada em campanhas educacionais, promovidas pelo Poder Executivo, o qual poderá buscar parceria junto à comunidade.

Art. 9º - Em casos omissos ou conflitantes fica o órgão competente do Executivo Municipal incumbido de solucionar e, nos casos pertinentes, deverá ser aplicada à legislação vigente de procedimentos licitatórios.

Art. 10 - O Poder Executivo fará uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização sobre a aplicação desta lei, no prazo de 30 dias após sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei será regulamentada através de Decreto pelo Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 05 dias do mês de

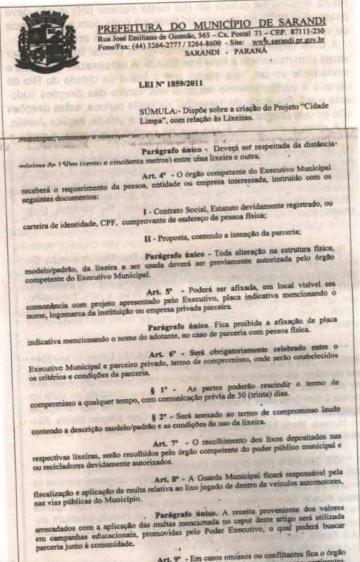
setembro do ano de 2011.

Rafael Pszybylski,

João de Lara Vieira, 1º Secretário

### LEI Nº 1859/2011 - De Autoria do edil JOSÉ ROBERTO GRAVA.

SÚMULA:- Dispõe sobre a criação do Projeto "Cidade Limpa", com relação às Lixeiras.



Terceira Discuss Poder Executivo em 24 de setemt

,-,-,-,-,-,-,-,-,-,-,-,-,-,-.-.-.-.-. .-.-,-.-.-.-.-.-.-.-.-. Art. 9º - Em casos emissos ou conflitantes fica o órgão competente do Executivo Municipal incumbido de aclucionar e, nos casos pertinentes, deverá ser aplicada à legislação vigente de probedimentos licitatórios.

Art. 10 - O Poder Executivo fará uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização sobre a aplicação desta lei, no prazo de 30 dias apos sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei será regulamentada através de Decreto pelo Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua

publicação.

PACO MUNICIPAL DE Aprimbro de 2011

CANOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR

Prefeito Municipal

Dispensa a , enviada ao DO POVO".

.-.-.-. -,-,-,-,-,-,--,-,-,-,-,-,-